

## **SOBRE O TRABALHO PRECÁRIO NO FEMININO: UMA BREVE REFLEXÃO**

*Sofia Alexandra Cruz*<sup>1</sup>

---

O presente artigo enquadra-se numa pesquisa para uma dissertação de mestrado que tem por objecto o trabalho feminino e as lógicas de precarização que lhe subjazem<sup>2</sup>.

Neste sentido, foi desde logo uma preocupação central na abordagem do trabalho feminino na actualidade, uma reflexão histórica e sociológica sobre o(s) universo(s) da(s) mulher(es).

A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e o crescente peso da actividade terciária afiguram-se como duas transformações que têm marcado, incontornavelmente, a paisagem sócio-profissional portuguesa.

Todavia, a amplitude de tais mutações deve ser orientada sob a disciplina de um avisado olhar sociológico.

Na realidade, urge equacionar a diversidade da categoria social “mulher”, vislumbrando a arquitectura das diferentes trajectórias sociais, escolares, profissionais e familiares cruciais para a compreensão dos diferentes aspectos, intimamente, ligados a uma determinada estrutura social.

### **1. UMA INCURSÃO HISTÓRICA**

Os séculos XVII e XVIII ilustraram a passagem de uma economia feudal para uma economia apoiada na indústria, uma nova ordem em termos sociais, políticos, económicos e culturais que substituiu a antiga sociedade feudal. Alguns dos efeitos da industrialização significaram em parte a eliminação das amarras do poder produtivo das sociedades humanas, permitindo uma mais rápida e constante multiplicação de homens, mercadorias e serviços.

A revolução tecnológica e o aparecimento da manufactura introduziram radicais mutações na forma de conceber o trabalho feminino. Todavia, o surgimento da “mulher-operária ainda que se afigure produto da revolução industrial, não resulta do facto da mecanização ter criado empregos para as mulheres, onde eles não existiam (ainda que tal tenha sucedido em certos lugares), mas essencialmente por se terem tornado neste período personagens visíveis e perturbadoras”<sup>3</sup>.

Na realidade, o impacto do progresso tecnológico e o desenvolvimento do trabalho na fábrica encontram-se na origem de transformações que afectaram as relações históricas entre homem e mulher, a própria organização da instituição família e a tradicional separação entre o campo e cidade.

Todavia e contrariamente a muitas abordagens que conceptualizam a deslocação da mão-de-obra feminina do espaço doméstico para a fábrica como exclusiva do período da industrialização, assiste-se já no mundo pré-industrial à existência de mulheres, sobretudo jovens solteiras empregues sempre que necessário, longe do local que habitavam, não raras vezes migrando para a cidade fruto de estratégias subjacentes ao grupo familiar e à própria fusão entre o faseamento da vida laboral e a trajectória conjugal, e à de mulheres casadas, ainda que em menor proporção, cujo trabalho no campo e/ou nas pequenas empresas domésticas varia consoante a situação financeira da família. Em meios populares no campo, o “casamento surgia não apenas como destino natural da

---

<sup>1</sup> OAC/ICS

<sup>2</sup> Dissertação levada a cabo no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Professor José Manuel Sobral.

<sup>3</sup> G.Duby, Michelle Perrot, *Histoires des Femmes*, vol.4, Paris, Plon, 1991, p.420.

mulher, como também agente de uma metamorfose que a transformava num ser social e económico com as suas especificidades no espaço doméstico. Ao marido cabia assegurar a casa e suprir as suas necessidades, pagando impostos e assumir as responsabilidades do lar face à comunidade. A mulher, por seu lado deveria cumprir as suas funções de companheira e de mãe junto dos seus filhos”<sup>4</sup>. Contudo, nas classes mais elevadas, “a mulher assumia as funções de governanta da casa, orientava as criadas de servir, geria as terras com o auxílio de um responsável e organizava recepções”<sup>5</sup>.

O trabalho feminino ao variar consoante a categoria profissional do marido, é revelador de profundas disparidades familiares. Tal como conceptualiza Chombart de Lauwe<sup>6</sup>, a mulher oriunda dos meios populares apenas desempenhava um trabalho suplementar, caso este se revelasse de crucial importância para a subsistência da família.

Ao longo do século XVIII, a crescente urbanização que atrai fenómenos de migrações dos campos para as cidades, o aumento populacional que acarreta a diminuição de terras disponíveis, com a conseqüente descida dos rendimentos agrícolas e subida de preços, a penetração mais intensa do capital na sociedade e na família, a alteração da unidade existente entre capital e trabalho, provocada pela expansão da indústria e o conseqüente assalariamento alteram profundamente o trabalho feminino.

No período industrial as mulheres participam no “novo mundo laboral”, mas sem protagonizarem os aspectos mais inventivos e inovadores. A divisão de tarefas altera-se decisivamente porquanto, por um lado, a mecanização de uma tarefa e a progressiva melhoria da produtividade implicam a sua passagem para as mãos masculinas, mesmo sendo desempenhadas anteriormente pelas mulheres, cabendo-lhes, apenas as tarefas mais repetitivas, monótonas e pior remuneradas. Por outro lado, essas mesmas mulheres acabam sempre por se concentrar em actividades que se afiguram prolongamentos do trabalho doméstico e nos sectores mais tradicionais da economia (comércio de produtos alimentares, de vestuário, transporte de mercadorias).

Na óptica analítica de Joan Scott, a “total separabilidade da casa e do trabalho nunca se consumou”<sup>7</sup>, constituindo a participação feminina no mercado capitalista, mediante um trabalho remunerado, um prolongamento de uma experiência de trabalho detida anteriormente. A autora ilustra tal situação recorrendo ao trabalho de costura protagonizado pelas mulheres ao longo do século XVIII e à indústria de produção de vestuário (séc. XIX), inicialmente desenvolvida na fábrica e posteriormente efectuada à peça no espaço doméstico. A conciliação do trabalho em casa com uma actividade assalariada revela-se ideal, quer para grande parte da mão-de-obra feminina, uma vez que articulam as esferas em torno das quais gravitam, quer para os empregadores que encontram um paraíso de trabalho barato e não regulamentado. Na realidade, as disparidades salariais entre homens e mulheres verificadas ao longo deste período têm que ver não com as qualificações detidas pelos trabalhadores, mas com as diferenças entre sexos e a divisão sexual do trabalho. A organização espacial do trabalho, a hierarquia de salários, a concentração das mulheres em determinadas categorias de empregos e em certos sectores do mercado de trabalho ilustra uma segregação sexual no mercado de trabalho, decorrente da existência de uma “natural” divisão sexual do trabalho.

Os homens tinham que assegurar, para além da sua própria subsistência, a da família, sendo o seu salário sinónimo de criação de valor, enquanto que as mulheres em situações pontuais trariam um suplemento ao orçamento familiar, ficando as “domésticas” à margem do assalariado, sendo protagonistas de uma

<sup>4</sup> G. Duby, Michelle Perrot, *Histoire des Femmes*, vol.3, Paris, Plon, 1991, p.41.

<sup>5</sup> G. Duby, Michelle Perrot, *op. cit.*, p.42.

<sup>6</sup> Chombart de Lauwe, *La femme dans la société*, Paris, CNRS, 1967.

<sup>7</sup> G. Duby, Michelle Perrot, *op.cit.*, p.425.

produção à qual não se associava valor económico real. Socialmente defendeu-se, assim, o salário do “chefe de família”, relevante da primazia concedida aos valores familiares.

Tal situação agrava-se no caso das mulheres (ainda mais agudizada quando existiam crianças) isoladas, viúvas, solteiras (sobretudo as que viviam fora do espaço familiar) que ao auferirem, não raras vezes, um salário abaixo das necessidades de subsistência, encontrar-se-iam votadas à pobreza, ou enveredariam por outras formas de sobrevivência, como por exemplo a prostituição.

Tal discurso é bem notório na teoria produzida pelos diferentes cientistas sociais e políticos, entre eles, Émile Durkheim. Ao postular na abordagem da divisão do trabalho social<sup>8</sup>, enquanto estágio civilizado das sociedades, as diferenças entre sexos e a divisão sexual do trabalho, conceptualiza a inferiorização das mulheres como condição necessária (recorrendo inclusivamente à dimensão do cérebro feminino), paralelamente à perda progressiva das capacidades intelectuais, para que as mulheres aperfeiçoem os atributos inerentes à sua feminilidade, no sentido de desenvolverem as suas funções afectivas, à medida que as funções intelectuais se revelam domínio dos homens. No caso da análise da divisão social do trabalho, a vulnerabilidade física e psíquica das mulheres já não resulta da especialização da sua função social, consubstanciando-se na explicação dessa mesma função.

Pensadores como Michelet, encaram a relação entre sexos, associando a mulher à natureza e o homem à cultura, como motor da história, dela dependendo o próprio equilíbrio da sociedade, ao qual subjaz uma posição de subalternidade da mulher. Diversos conservadores, entre eles F. Le Play, o socialista Proudhon, o próprio movimento operário e os seus dirigentes consideravam a “doméstica” como única identidade adequada a uma mulher, advogando que o trabalho no exterior da esfera doméstico poderia ser nocivo para a sua saúde e moralidade, constituindo mesmo uma violação da natureza feminina<sup>9</sup>. Também aqui se enquadram os sindicatos preocupados em impedir o acesso das mulheres ao mercado de trabalho com o intuito de limitar a concorrência.

E.J.Hobsbawm postula que o pensamento “iluminado” era dominado por um individualismo secular, racionalista e progressista, manifestado como principal objectivo o “(...)libertar o indivíduo das grilhetas que o acorrentavam: o tradicionalismo ignorante da Idade Média, que ainda lançava a sua sombra sobre o mundo, a superstição das igrejas (distintas da religião natural ou racional), o irracionalismo que dividia os homens numa hierarquia de escalões superiores e inferiores, segundo o nascimento ou outro qualquer critério irrelevante. Os slogans eram liberdade, igualdade e fraternidade”<sup>10</sup>.

A apologia dos direitos do indivíduo, do direito da crítica da razão contra preconceitos, a responsabilidade individual e a consciência, motores da acção política, a capacidade de domínio do mundo exterior com base na ciência e na técnica, revelam uma enorme distorção entre o universo dos discursos e o das práticas. De facto, os princípios de submissão e de domesticidade impostos às mulheres, fortemente denunciados por J.J.Rousseau, ilustram a *décalage* entre a linguagem revolucionária dos políticos e a recusa em considerar as mulheres como cidadãs de pleno direito.

Circunscritas ao espaço doméstico, concomitantemente com um acréscimo de tarefas relacionadas com o seu papel maternal (vigiar a vida escolar e a saúde dos filhos) silencia-se grande parte do trabalho desempenhado pelas mulheres, valorizando como produtivo apenas o trabalho assalariado. O centro de gravidade consubstancia-se, decisivamente, na família e não no indivíduo, sendo a sua existência na lógica de Marx e Engels imposta como uma necessidade pelos

<sup>8</sup> E. Durkheim, *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa, Presença, 1977.

<sup>9</sup> Michelle Perrot, *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*, Paris, Flammarion, 1998.

<sup>10</sup> E.J.Hobsbawm, *A Era das Revoluções*, Lisboa, Presença, 1978, p.35.

laços que a prendem ao modo de produção. Urge aqui referir que embora se situe numa ordem de pensamento conservador desenvolvido ao longo do século XIX, centrado na valorização da estabilidade social alcançada através de algumas instituições, tal como a familiar, Le Play considera também que os fundamentos da família repousam em todos os momentos da história numa base económica.

Todavia, Marx e Engels prognosticaram o desaparecimento da família operária, atendendo a que no contexto da industrialização, há um desaparecimento desta família, por ausência de conteúdo e da relação económica que lhes está subjacente -a herança, contrariamente à família burguesa que seria o lugar onde o capital circularia através da herança.

Na realidade, Engels considera, em 1884, na sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, que a separação da actividade doméstica da actividade da produção, presente na estrutura familiar do sistema capitalista, proletariza a condição da mulher burguesa no seio da família, que apenas se alterará caso ela enverede pela esfera da produção. Relativamente à família operária, para além de tender a desaparecer, a divisão sexual do trabalho no seu interior não foi alvo de uma especial atenção, uma vez que ambos os cônjuges partilhariam uma condição de classe que os encaminharia no sentido de uma libertação. Aquando da abordagem dos maus tratos sucumbidos pelas mulheres operárias por parte dos seus maridos, Engels atribui-os a "(...)práticas e tradições pré-capitalistas, resquícios de ruralidade que as relações de produção, terreno privilegiado de emancipação de todos os homens, se encarregariam de fazer desaparecer"<sup>11</sup>.

Ambos os autores referem as desigualdades existentes entre homens e mulheres face à família, afirmando que as mulheres e as crianças se apresentam escravas do homem, este "pater familias" assumiria as funções de chefe da família e guia espiritual. Na família operária assistia-se a um relacionamento entre o casal, cujas bases se sustentavam em fortes laços afectivos de apoio e compreensão mútua, enquanto que a burguesa se regia por lógicas de interesse. Nesta linha de pensamento E. Shorter<sup>12</sup> advoga que é entre as camadas assalariadas (não proprietárias) que se vive a primeira libertação das amarras tradicionais, imperando a lógica do sentimento em detrimento da lógica capitalista, constituindo as "jovens mulheres trabalhadoras" a linha de mudanças.

Todavia, tal como adverte Ana Nunes de Almeida<sup>13</sup>, a família associada a uma unidade afectiva remonta em termos históricos ao século XVII, sobretudo em meios favorecidos social e culturalmente e não em camadas desprivilegiadas. A socióloga adverte, então, "(...)para uma falsa dicotomia entre casamento de interesse e casamento por afinidade que não são termos exclusivos. A relação de troca afectiva enquadra-se num contexto histórico e social, inspira-se em valores culturais. Não só as formas de expressão do sentimento se orientam segundo um código de época ou classe, como aliás não é exclusivamente o capital-propriedade que dá a uma relação matrimonial a sua característica instrumental de conveniência. Os cônjuges dispõem igualmente ou em contrapartida de outro tipo de recursos, materiais e simbólicos (profissão, emprego, nível de educação, idade, rendimento, prestígio, ou aptidões pessoais, como a capacidade para o trabalho, a energia física, a beleza, o corpo, entre outros) que mobilizam e reproduzem interesses colectivos que se enquadram numa estratégia familiar"<sup>14</sup>.

Constata-se, tal como já se referiu relativamente às jovens solteiras oriundas de meios mais desapossados, cuja trajectória ilustra uma fusão entre o faseamento da vida laboral e o percurso conjugal, que o sentimento e a

<sup>11</sup> Lúcia Amâncio, *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento, 1998, p.25.

<sup>12</sup> E. Shorter, "Différences de classe et sentiment depuis 1750-l'exemple de la France", *Annales*, ano 29, nº4, 1974, pp.1034-1057.

<sup>13</sup> Ana Nunes de Almeida, "Trabalho feminino e estratégias familiares", *Análise Social*, nº85, vol.XXI, 1985, pp.7-44.

<sup>14</sup> Ana Nunes de Almeida, *op.cit.*, p.27.

conveniência se afiguram interligados. De uma maneira geral, se os homens das classes médias tinham a possibilidade de casar com mulheres de um nível inferior, com as mulheres tal nunca sucederia, pois transportaria um sinal de desonra. Nas classes inferiores, tais proibições não se colocavam, uma vez que não existiam grandes fortunas em jogo, mas apenas força de trabalho. Tal problemática parece ilustrar aquilo que L. Roussel designou de modelos matrimoniais institucionais<sup>15</sup>, nos quais, por exemplo, em situações precárias, o casamento se torna um imperativo de sobrevivência económica, crucial para a sobrevivência dos indivíduos e para a reprodução de gerações.

Parece, então, que o contexto das estratégias familiares, matrimoniais e profissionais apresenta neste período uma diversidade de alternativas decorrente da própria localização territorial e das classes sociais.

## 2. O ADVENTO DA MULHER TRABALHADORA

### 2.1 Da primeira metade da história...

O século XX acarreta profundas alterações no sentido da consciencialização progressiva da obtenção dos direitos económicos, familiares e políticos das mulheres.

Durante a primeira guerra mundial, as mulheres emergiram num grande número de fábricas de armamento, nomeadamente, francesas e inglesas, substituindo os homens mobilizados para a guerra.

Relativamente aos reflexos da guerra na relação entre os sexos há que salientar duas posições: aquela constitutiva de uma ruptura pela entrada das mulheres em lugares até aí interditos, uma outra defendida por exemplo por Michelle Perrot<sup>16</sup> que considera que a guerra mantém a relação entre os sexos, os homens na frente de combate e as mulheres na retaguarda substituindo-os.

Todavia, sucederam-se efeitos paradoxais uma vez que a guerra moderna exigiu uma produção industrial intensa, na qual as mulheres desempenharam um crucial papel. Nos países em guerra, o número de mulheres a trabalhar duplicou, tendo sido acompanhado no período pós armistício por um regresso em massa, salvo algumas excepções, como na Europa Oriental, na qual o emprego feminino se organizou em novos moldes.

Numerosos intelectuais e políticos compreenderam rapidamente que a igualdade de direitos acordada às mulheres na família e no trabalho na Europa Oriental era insuficiente para concretizar a igualdade sociológica das condições entre os sexos, dada a sobrecarga feminina nas tarefas domésticas e educativas. Ainda que ensaiem uma série de serviços colectivos de apoio, de uma maneira gradual os direitos concedidos às mulheres vão sendo suprimidos. A construção da sociedade socialista implicou o retomar dos tradicionais papéis masculinos e femininos desempenhados no interior da família, com especial destaque para o papel reprodutor da mulher acrescido do seu desempenho na esfera laboral, aliás secundário que não colocava em causa a preponderância masculina na esfera económica e política.

Contudo, tal concepção instrumental da mulher apresenta algumas matizes relativamente ao sucedido em países como a Alemanha, a Itália, a Espanha e Portugal, uma vez que não interdita o acesso aos meios de aquisição de autonomia individual, tais como a educação, o trabalho remunerado, o desporto, entre outros. Nestes países, a mulher é concebida como um ser inferior destinado a servir o marido no interior da família e o Estado mediante o seu papel reprodutor. A Alemanha nazi adopta o slogan das “crianças, cozinha, igreja”,

<sup>15</sup> L.Roussel, “Mariages et divorces. Contribution à une analyse systématique des modèles matrimoniaux”, *Population*, nº6, 1980, pp.1025-1040.

<sup>16</sup> Michelle Perrot; *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*, Paris, Flammarion, 1998.

tendo sido o primeiro país a autorizar por decreto todas as mulheres casadas que trabalhassem na função pública, para além de desincentivar o acesso das jovens mulheres à educação e à cultura.

Em Portugal, com a vigência do Estado Novo instaurou-se um capitalismo que baseava os lucros nos baixos salários e na mão-de-obra desqualificada, desvalorizando a instrução, e fomentando o analfabetismo que chega atingir os 60% da população<sup>17</sup>. Neste contexto de desincentivos vários, repare-se no facto de se estabelecer o princípio absoluto da assistência particular, criando para tal institutos dotados de personalidade jurídica destinados a orientar as várias modalidades de assistência, divulgando-se a ideia de que a assistência social é um direito dos que dela carecem e um dever da comunidade, o Estado desobriga parte das empresas da criação de serviços de protecção para os filhos dos seus trabalhadores, medida que acaba por ser revogada pouco depois no caso das empresas com mais de cinquenta trabalhadores, obrigadas novamente a ter creches (de referir, todavia, que as sanções para o não cumprimento desta norma eram irrisórias). Em termos legislativos, as discriminações são várias, por exemplo, é negada à mulher a igualdade perante a lei devido às diferenças oriundas da sua natureza e do bem da família, sendo o marido considerado o chefe de família.

No entanto, convém salientar que neste contexto de adversidade, as mulheres desempenharam um papel crucial de intervenção na luta-anti-fascista na Europa, mediante envolvimento em combates vários e a participação massiva na produção de guerra.

## 2.2 À segunda...

O final da Segunda Guerra Mundial significou o retorno em massa de homens que necessitavam de ser reabsorvidos no mercado de trabalho, uma drástica desmobilização protagonizada de um decréscimo da mão-de-obra feminina e, em muito casos, do conseqüente regresso das mulheres aos lugares domésticos.

Neste período de reconstrução implementou-se um modelo sócio-económico ocidental, decorrente das necessidades económicas, da afirmação dos direitos humanos e de equilíbrios sócio-políticos, desencadeador do “compromisso fordista”<sup>18</sup>, definido como modo de consumo orientado para a standardização (produção standardizada). Ao implicar um modo de organização coerente com o anterior (taylorismo), cuja relação salarial suaviza a organização do trabalho hierarquizado e desqualificante, integra os trabalhadores na sociedade de consumo, para além do progressivo crescimento das vantagens sociais directamente relacionadas com o trabalho (remuneração, estabilidade do contrato de trabalho, condições de trabalho, protecção social, entre outras).

Paralelamente, a intervenção reguladora do Estado garante uma taxa de crescimento regular, culminando numa repartição estável dos ganhos de produtividade, entre a acumulação de capital e o aumento do consumo. A atmosfera de estabilidade afigura-se favorável ao pleno-emprego, reforçado pelo contexto sócio-cultural de crescimento que contribuiu para reforçar a atracção exercida pelo modo de participação na vida social, reconciliador da integração de massa (regime de acumulação intensiva com consumo de massa), juntamente com a afirmação mais forte de valores individualistas.

O papel do Estado relativamente à reprodução social, originou a exteriorização de uma parcela significativa de tarefas domésticas, permitindo a passagem das mulheres para o mercado de emprego. No entanto, tal passagem não se concentra apenas nas actividades terciárias de natureza social, uma vez que a organização vertical do trabalho (divisão técnica e social) ampliou as

<sup>17</sup> António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS, 1996.

<sup>18</sup> Bernard Perret, *L'Avenir du Travail. Les Démocraties Face au Chômage*, Paris, Seuil, 1995.

funções de comando, de decisão e gestão, em detrimento da dedicação exclusiva às funções de produção.

Neste contexto, a "profunda feminização do emprego no período fordista não se traduz apenas nas vantagens de uma mão-de-obra mais barata, para quem o significado do desemprego e do emprego temporário é suavizado pela ideia do retorno, definitivo ou provisório, ao mundo do trabalho, à vida familiar a tempo inteiro (...), uma vez que a relação patriarcal favorece consideravelmente a relação capitalista: o salário das mulheres embora encarado como complemento do rendimento familiar, assegurado no essencial pelo homem, mostrou-se, no entanto, imprescindível para a massificação do consumo (suas alterações), das mercadorias e serviços (recurso crescente)<sup>19</sup>.

Tal contributo advém do acréscimo redobrado do rendimento familiar, do recurso crescente aos mercados de produtos e de serviços, das alterações qualitativas dos consumos subjacentes à entrada das mulheres no mercado de emprego e à exteriorização de muitas tarefas de reprodução social.

Em Portugal (país relativamente à margem do contexto do modelo de desenvolvimento fordista) este processo de feminização foi grandemente reforçado pela emigração massiva ocorrida na década de sessenta, bem como pela absorção de recursos humanos masculinos pela guerra colonial. Tais fenómenos encontram-se na origem da rarefacção da mão-de-obra masculina que se verificou naquele período e no acentuado acréscimo da taxa de actividade feminina e a consequente "(...) inversão dos pesos absolutos e relativos dos sectores de actividade a que esta população está afecta"<sup>20</sup>. Um outro factor importante, ainda que numa fase embrionária, é o papel do Estado com uma acção reguladora mais activa, mas pouco interveniente; refira-se, por exemplo, a eleição da infância como sector prioritário de intervenção, fomentando-se a criação de creches, jardins de infância e centros de actividades de tempos livres.

Todavia, a crise económica dos anos setenta despoleta factores vários de desestabilização da "ordem fordista". Opera-se, assim, uma alteração do modelo de consumo, no sentido de uma clara aposta na diferenciação dos produtos, na valorização da qualidade em detrimento do consumo de massas. Ao novo modelo de consumo correspondem novas organizações produtivas, em geral menos favoráveis a uma integração de massa pelo trabalho, porquanto suscitam uma maior implicação dos trabalhadores que extravasa a arena das motivações materiais.

A crise do Estado-Providência, em simultâneo, causa e consequência do abrandamento do crescimento, coloca em causa a possibilidade de aumentar indefinidamente as vantagens sociais constitutivas da relação salarial fordista.

De facto, se até aos anos sessenta a economia mundial se compõe por um conjunto de diferentes economias domésticas, com a produção organizada primordialmente dentro de fronteiras nacionais, posteriormente a abertura do comércio internacional e a explosão de novos produtos, novas tecnologias criaram um sistema global, no qual as capacidades de produção e de exportação se encontram dispersas em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os progressos nos meios de comunicação e nos transportes permitiram que muitas

<sup>19</sup> Isabel M. André, *O Falso Neutro em Geografia Humana. Género e Relação Patriarcal no Emprego e no Trabalho Doméstico*, Tese de Doutoramento (policopiada), FLUL, Lisboa, 1993, p.64.

<sup>20</sup> A.F.Costa, F.L.Machado, "Processos de uma modernidade tardia", in J.Viegas, A.F.Costa, *Portugal, Que Modernidade*, Oeiras, Celta, 1998, p.28. Saliente-se que para a explicação deste fenómeno contribuíram também o aumento continuado dos níveis de escolaridade e a proliferação do fenómeno da urbanização. Relativamente a este fenómeno refira-se que as zonas urbanas e suburbanas dos grandes centros industrializados não se encontravam preparadas para receber os camponeses (êxodo rural) que, sujeitos a um desenraizamento cultural e a uma alteração das estruturas familiares, confrontam-se com a degradação das condições de habitabilidade, ao mesmo tempo que as mulheres são cada vez mais solicitadas a exercer uma actividade profissional. É ainda hoje ilustrativo de tal situação a estrutura económica e social das cidades industrializadas da periferia de Lisboa e Porto.

empresas industriais e comerciais se transformassem em redes transnacionais de produção e comércio, cobrindo enormes distâncias.

Tal fragmentação e recolocação geográfica da produção mundial originou novos modelos de especialização na economia mundial, sendo as actividades de diversos serviços reagrupadas em cadeias produtivas globais com uma complexa divisão regional do trabalho.

Assiste-se, então a “(...) uma mundialização da economia que se traduz pela concentração da direcção da produção mundial, sediada em países do centro e a uma descentralização das unidades produtivas, onde se constata a flexibilização da mão-de-obra, o nível salarial mais baixo a uma poluição industrial menos controlada”<sup>21</sup>.

### **3. UM NOVO PARADIGMA DE (IN)FLEXIBILIDADE: O(S) LUGAR(ES) D(N)O FEMININO**

A adopção de uma nova lógica centrada no factor humano, faz depender a flexibilidade e a qualidade da produção não apenas de novos equipamentos, mas também de factores sócio-organizacionais. Desvalorizando os princípios organizacionais tayloristas, esta nova lógica antropocêntrica perspectiva a descentralização das tomadas de decisão, a horizontalização das organizações, envolvendo o trabalhador polivalente e flexível na decisão e planeamento, privilegiando o trabalho em equipa onde a cooperação e o diálogo se afiguram imprescindíveis. A flexibilidade numérica alcançada pela supressão dos operacionais dá lugar à flexibilidade profissional baseada na formação contínua capaz de promover a imaginação e a criação. A flexibilidade profissional consiste na capacidade dos trabalhadores realizarem um conjunto variado de tarefas, desempenhando funções diversas, assumindo iniciativa e responsabilidade. Essa capacidade resulta da qualificação multivalente respeitante à execução de sub-funções dentro do mesmo domínio, e da qualificação polivalente da mão-de-obra que visa o exercício de várias funções pertencentes a diferentes profissões.

Subjaz, aqui, a existência de postos de trabalho ricos em conteúdo, cada vez mais em articulação com um trabalho de tipo profissional, no qual é desejado o contributo do trabalhador derivado da experiência profissional e do conhecimento do processo produtivo privilegiando a participação em desfavor da coerção.

Todavia, tal flexibilização do emprego funcional e numérica traduz-se, não raras vezes, na mobilidade profissional, na flexibilidade de horários, no grau de precariedade do contrato de trabalho e no despedimento, processos que se diferenciam consoante a capacidade de mobilização dos trabalhadores na condição de actores sociais<sup>22</sup>.

Importa pensar neste contexto de alterações à escala global, as mutações do trabalho segundo uma perspectiva de género definida como uma “construção social cultural da diferença entes sexos”<sup>23</sup>, uma categoria social construída dependente do tempo e do lugar, da organização da economia e da repartição social das tarefas entre homens e mulheres, das percepções e expectativas que um dado grupo humano tem em relação a cada género. Em cada pessoa, qualquer que seja o seu sexo (característica biológica diferenciadora dos seres humanos que predispõe à definição de uma certa identidade do ponto de vista do

<sup>21</sup> Isabel Guerra, “Desemprego e desqualificação social”, *Sociologia Problemas e Práticas*, nº17, Lisboa, CIES, 1995.

<sup>22</sup> De facto, a segmentação do mercado de trabalho (primário/estável, secundário/flexível) associada aos “mercados internos de trabalho” (Enriqueta Camps, *La Formación del mercado de trabajo industrial en la Catalunya del siglo XIX*), apresentam implicações várias em termos de mobilidade, tratando-se de ocupações e oportunidades diferenciadas segundo o género.

<sup>23</sup> Michelle Perrot, *Les femmes ou les Silences de l'Histoire*, Paris, Flammarion, 1998, p.393.



género) existem sempre componentes de género, masculinas e femininas, estreitamente imbricadas.

De facto, nos finais dos anos setenta muitos trabalhos de investigação focalizaram uma nova força de trabalho feminino em processo de criação nos países em desenvolvimento em função das novas procuras multinacionais e transnacionais. A tónica de tais análises centrava-se na nova divisão internacional do trabalho, com a recolocação da produção em países em desenvolvimento, onde as empresas multinacionais empregavam grande número de mulheres em fábricas de exportação, na maior parte das vezes de confecção ou electrónicas.

Todavia, actualmente a problemática do emprego feminino na nova economia globalizada vai desde o emprego industrial nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, até às novas formas de precarização associadas ao novo paradigma de flexibilidade na produção industrial e no sector de serviços, como o trabalho a tempo parcial, o trabalho temporário e até mesmo o trabalho a domicílio.

A globalização surge cada vez mais num contexto em que se multiplicam as disparidades, originando uma polarização sem precedentes. Contrariando abordagens demasiado extremadas, por exemplo, a de Charles Tilly<sup>24</sup> segundo a qual o mundo contemporâneo se encontra cada vez mais desigual e proletário, encontrando-se os direitos dos trabalhadores duramente ameaçados, e outras como a de Wallerstein<sup>25</sup>, que de forma provocadora enfatiza que os trabalhadores nos países capitalistas centrais podem ser vistos menos como vítimas e mais como colaboradores no sentido de manter a exploração internacional e reduzir os encargos nacionais destinados à redistribuição nos próprios países, Manuel Castells sugere que a globalização é muito humana e criativa para os fortes e muito desumana para os fracos.

De facto, um terço da população mundial aumentou de forma significativa o seu nível de vida, os seus suportes culturais e tecnológicos. Ao contrário, o último Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento demonstra um aumento extraordinário tanto das desigualdades, como da pobreza, da exclusão social e da marginalização no contexto mundial.

Tal discriminação reflecte-se ao nível laboral com a existência de um mercado de trabalho dual constituído por uma “mão-de-obra genérica” e por uma “mão-de-obra auto-programável”<sup>26</sup>. A auto-programável possui a informação, a educação, a cultura suficientes para se adaptar às mudanças constantes das condições tecnológicas e profissionais, ainda que também perpassa situações de vulnerabilidades várias. Relativamente à genérica, que enquadra trabalhadores sem qualificações específicas, sem o nível requerido de educação e cultura, incapazes de reentrar na lógica produtiva dominante, ela divide-se em dois segmentos. O dos que ainda se encontram protegidos, possuem um trabalho uma vez que trabalham em instituições ou vivem em países que os ajudam, protegem e asseguram um certo nível de vida; e o dos que se encontram nas grandes cidades dos países desenvolvidos, ou regiões e países subdesenvolvidos sem qualquer infra-estrutura de apoio, votados à exclusão que se materializa parcialmente pelo desemprego.

Castells postula que a mudança fundamental a propósito do impacto do novo sistema sócio-económico sobre o emprego é a flexibilização das relações de trabalho e a conseqüente crise da relação entre trabalho e sociedade, dado que o funcionamento em rede das empresas, no seu interior e exterior, está em vias de

<sup>24</sup> Charles Tilly, “Scholarly controversy: global flows of labor and capital. Globalization threatens labors rights”, *International Labor and Working Class History*, nº47, 1995.

<sup>25</sup> Immanuel Wallerstein, “Scholarly controversy: global flows of labor and capital:declinig states, declining rights?”, *International Labor and Working Class History*, nº47, 1995.

<sup>26</sup> Manuel Castells, *A Sociedade em Rede, A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Volume I, Brasil, Paz e Terra, 1999, p.292.

liquidar a regra do posto de trabalho estável e seguro, nascido com a era industrial. Na Inglaterra, berço da revolução industrial, “(...)cerca de 55% da população activa é alvo de um forma de trabalho temporária, parcial ou autónoma”<sup>27</sup>, sendo a mão-de-obra tradicional minoritária. A mesma evolução afecta todas as cidades do Terceiro Mundo cada vez mais urbanizado, predominando também aí a economia dita informal. De um modo geral, as relações de trabalho caracterizam-se pela ausência de emprego estável e regular no longo prazo.

Neste contexto, a ênfase na flexibilidade nas diferentes dimensões do sistema económico (nas formas de produção com a alteração na divisão técnica do trabalho; na estrutura organizacional das empresas com redes de subcontratação e parcerias e no mercado de trabalho com a crescente desregulação e alteração dos contratos e práticas que o constituem), anteriormente abordadas, carrega uma ambivalência, porquanto remete para a libertação dos “malefícios da rotina laboral e para o surgimento de novas estruturas de poder e controlo”<sup>28</sup>. Sob a ilusão da mudança que permitiria uma liberdade individual, a flexibilidade acaba por resvalar, no âmbito do mercado de trabalho, para situações de ruptura com os elos de suporte existentes no mercado de trabalho, constatando-se na óptica de R. Dahrendorf a proliferação de formas de trabalho temporário e parcial, acompanhadas pelo desemprego de massa, uma maior mudança de trabalho, de empresas e de lugar, bem como uma maior facilidade na aceitação do despedimento<sup>29</sup>.

A pertinência da introdução da variável género na discussão desta nova era laboral flexível, à qual já aludimos, é ilustrada pelo facto dela implicar novas formas de uso social do tempo, uma nova gestão do tempo, um tempo flexível que frequentemente significa novos fluxos de mão-de-obra feminina. O novo modelo de flexibilização para as mulheres implica a utilização intensiva de formas precárias de emprego, constatando-se uma justaposição do taylorismo com as novas tecnologias flexíveis, ao longo das quais as novas estruturas de qualificação adicionam as qualidades novas (capacidade de auto-controlo, integração de exigências de qualidade, gestão de stocks, entre outros) às qualidades antigas (rapidez e destreza), mediante uma simples formação no posto de trabalho, não se criando novas carreiras profissionais.

### 3.1 A (in)contextualização laboral feminina

A crescente feminização dos sistemas de ensino, formação e emprego portugueses, iniciada na década de setenta, paralelamente ao reforço da presença feminina em quase todos os graus de ensino e a crescente taxa de feminização da população, reforçada pelo desenvolvimento do sector dos serviços e da administração pública, não têm conduzido à eliminação da discriminação e segregação no trabalho e no emprego.

Neste período, assistiu-se à implementação de políticas económicas que deram um contributo directo para esse acréscimo, como por exemplo o estabelecimento do salário mínimo nacional, do subsídio de desemprego e da licença de maternidade de noventa dias, entre outros direitos na gravidez, na maternidade e na assistência à família.

De facto em Portugal, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e o crescente peso da actividade terciária afiguram-se duas dimensões cruciais da paisagem sócio-profissional. Ao longo da década de setenta, a feminização do emprego destacou-se por uma “verdadeira explosão do sector

<sup>27</sup> Manuel Castells, *op.cit.*, p.291.

<sup>28</sup> Richard Sennet, *The Corrosion of Character. The Personal Consequences of Work in the New Capitalism*, New York, W.W. Norton and Company, 1998, p.47.

<sup>29</sup> R Dahrendorf, *A Quadratura do Círculo: Bem-Estar Económico, Coesão Social e Liberdade Política*, Lisboa Edições 70, 1996.

terciário e da administração pública, em especial depois do 25 de Abril de 1974, tendo como corolário um apreciável reforço da feminização do emprego. O terciário ocupava, em 1974, 36% dos activos com profissão e, em 1995, tinha alcançado os 56%. A terciarização faz-se principalmente à custa do sector primário, que em 1974 ocupava cerca de 30% da população e em 1995 passava para cerca de um terço desse valor (...) alcançando em 1995 uma taxa de feminização da população activa feminina de 45%”<sup>30</sup>.

Todavia, ao atentarmos nos níveis de segregação profissional e sectorial da estrutura de emprego em função do sexo, verificamos que não se constata, tal como noutros países, a associação entre elevados níveis de segregação e elevados níveis de actividade feminina. A pesar da crescente taxa de actividade feminina (uma taxa de feminização da população activa que ronda os 45%), “os índices de dissemelhança entre as estruturas sectoriais e profissionais do emprego feminino e do masculino em Portugal não atingem valores tão elevados como na Holanda ou na Dinamarca. Assim, se considerarmos, por exemplo, as diferenças observadas na distribuição pelos 9 sectores de actividade (CAE), verificamos que, para se alcançar uma estrutura sectorial equilibrada em Portugal, em 1990, apenas 20,9% das pessoas teriam que se deslocar entre diferentes sectores de actividade, enquanto que na Holanda ou na Dinamarca seria preciso deslocar mais de 30%; (...) relativamente à distribuição pelas profissões, em Portugal teriam que mudar 26,5%, na Holanda 37,6% e na Dinamarca 42,2%”<sup>31</sup>. De realçar a décalage na composição sexual ser mais acentuada na estrutura profissional do que na sectorial, o que é ilustrativo do facto das mulheres, tendencialmente, se inserirem em todos os sectores, concentrando-se, no entanto, num restrito número de profissões

Tal fenómeno explica-se, parcialmente, pelas características do sistema produtivo português, por exemplo, o fraco desenvolvimento dos serviços é justificativo dos menores níveis de segregação, uma vez que se trata de um sector em que a performance dos trabalhadores se encontra directamente relacionada com as suas características físicas e pessoais.

Na realidade, opera-se uma complexificação das noções de trabalho, de produção, de serviço e de troca no plano histórico, como no simbólico. “Assim, se a produção de bens materiais (tal como a colheita da terra) se legitima de imediato pela utilidade de ir satisfazer determinadas necessidades da comunidade, a prestação de um serviço –imaterial, eventualmente sem um sentido económico- implica directamente uma relação entre pessoas, sem referência necessária a bens ou necessidades materiais. Põe em jogo interesses, sentimentos, recursos e intenções díspares, numa convergência momentânea de desígnios. O serviço é sempre serviço de pessoas, que têm muitas vezes posições sociais e riquezas diferenciadas, implicando, portanto, encontro episódico de interesses, negociações, acordos, execução e liquidação de compensações”<sup>32</sup>.

De salientar ainda que sendo um dos sectores que absorve mais mulheres (cerca de 63% das mulheres, e 80% em países como a Dinamarca e Holanda), o já referido fraco desenvolvimento do terciário deveria contribuir para uma reduzida actividade feminina. Todavia, tal não sucede, o que se explica, em parte, pelo peso significativo do emprego feminino agrícola, cerca de 13% em 1993, enquanto que a média da União Europeia era de 5%, e do emprego feminino industrial, cerca de 23,6% contra 18,1%<sup>33</sup>.

<sup>30</sup> Virgínia Ferreira, “Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, Coimbra, CES, 1998/99, p.204.

<sup>31</sup> Virgínia Ferreira, “Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, Coimbra, CES, 1998/99, p.206.

<sup>32</sup> João Freire, *Variações sobre o Tema Trabalho*, Porto, Afrontamento, 1997, p.18.

<sup>33</sup> Virgínia Ferreira, *op. cit.*, p.207.

A baixa taxa de assalariamento verificada em Portugal acaba por justificar, também, a elevada taxa de actividade das mulheres portuguesas e a diminuição da segregação sexual da estrutura de emprego. Maioritariamente, as mulheres portuguesas são empregadoras (de realçar aqui que por exemplo as mulheres empresárias alcançam tal condição frequentemente por via sucessória ou matrimonial) ou trabalhadoras independentes na pequena agricultura, a qual reveste, não raras vezes, o carácter de actividade complementar ao assalariamento na indústria ou nos serviços.

Acentua-se, então, o fraco significado económico e social do trabalho feminino nas explorações agrícolas familiares, bem como o facto de “(...) muitas das actividades profissionais femininas constituírem do ponto de vista técnico, meros prolongamentos das tarefas domésticas, frequentemente exercidas em idênticas condições de isolamento (agricultura, hotelaria, restauração, creches, infantários, limpeza, costura, etc)<sup>34</sup>. Por outro lado, a referida taxa de assalariamento interfere nos níveis de segregação, dada a inoperância dos sistemas de classificações de profissões ou ocupações profissionais em recensear por exemplo os activos por conta própria, fazendo-o em função do estatuto que lhes está associado contra a definição do conteúdo a que correspondem.

Ainda que as mulheres tenham cada vez um maior acesso ao mercado de trabalho, urge sublinhar que os contextos se afiguram muito variados, pois se há várias áreas de actividade, as de maior estatuto (as profissões técnico-científicas), nas quais a igualdade de oportunidades é adquirida e realmente vivida, já nas franjas inferiores (maioritárias) tal não sucede, persistindo uma elevada proporção que convive com ratios de remunerações discriminatórios, duras condições de trabalho, fracas perspectivas de formação e progresso na carreira profissional, de que são exemplo os postos desqualificados nos serviços, na indústria e na agricultura.

Ainda que as perspectivas de crescimento de emprego apontem para um ligeiro aumento da procura de mão-de-obra qualificada, “(...) a maior parte do crescimento do emprego é tomada pelas indústrias de salários baixos e pelo pessoal de vendas, de segurança e dos mais diversos serviços pessoais (..), acrescido pelo facto do crescimento das pequenas empresas e de formas atípicas de trabalho terem como consequência uma diminuição na procura de pessoal qualificado. Se tomarmos como exemplo o sucedido nos anos 80, verificamos que entre as ocupações profissionais das mulheres que mais cresceram se encontram precisamente as mais desqualificadas, por exemplo, o grupo dos porteiros, serviços de limpeza, tratamento de roupas e trabalhadores similares”<sup>35</sup>. De facto, tal como conceptualiza Anthony Giddens as mulheres encontram-se desproporcionadamente concentradas nos empregos pior remunerados<sup>36</sup>.

A taxa de envolvimento efectivo das mulheres portuguesas no mundo profissional (que inclui redes de contactos e incentivos), distinto do mundo de trabalho propriamente dito, afigura-se, assim, bastante diferenciada da dos homens. As mutações da participação laboral feminina resultam não apenas das concepções subjacentes a uma cultura empresarial que se lhes apresenta fortemente hostil, como também da reificação do trabalho de produção e de reprodução, respectivamente conotados positiva e negativamente, acrescido este último de características particularmente femininas.

De facto, é-lhes reservado um lugar de destaque na esfera familiar, ainda que parcialmente distante do conceptualizado nas abordagens mais radicais, por exemplo das parsonianas, segundo as quais “a subsistência da família era assegurada pela figura masculina, através do trabalho no exterior da família, enquanto que o bem-estar familiar era assegurado pela figura feminina,

<sup>34</sup> Manuel V. Cabral, *Cidadania Política e Equidade Social*, Oeiras, Celta Editora, 1997, p.84.

<sup>35</sup> Virgínia Ferreira, *op. cit.*, p.209.

<sup>36</sup> Anthony Giddens, *Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1995, p.522.

consubstanciando-se uma manutenção da estrutura familiar equilibrada, de personalidades saudáveis nos adultos e na própria sociedade, dependendo desta distinção os papéis sexuais complementares no seio da família, embora quantitativa e qualitativamente diferentes”<sup>37</sup>.

Prevalece cada vez mais, o desejo e a necessidade de conciliar a vida privada com a vida profissional, uma profissão fora de casa, mas acompanhando os filhos<sup>38</sup>, uma participação no mercado de trabalho muitas vezes regida por uma lógica de necessidade, ou seja, necessidade de obter um rendimento, geralmente complementar àquele auferido pelo cônjuge.

Assim, a acumulação das tarefas domésticas com as tarefas profissionais interfere decisivamente sobre o posicionamento feminino das mulheres face ao trabalho e à vida profissional. A noção de carreira, por exemplo, ainda só afecta uma escassa percentagem das mulheres empregadas, contrariamente ao que sucede no universo masculino, no qual a falta de perspectivas de carreira se apresenta muito mais gravosa<sup>39</sup>. Tal como conceptualiza Villaverde Cabral as diferenças entre os sexos nas atitudes e comportamentos perante a vida profissional não se ampliam, mas na sua subtilidade apontam para um envolvimento menor das mulheres no mundo profissional e para uma maior valorização, porventura imaginária, dos elementos simbólicos por oposição aos elementos materiais da vida profissional.

### 3.2 Das diferentes temporalidades de género

A condição das mulheres na esfera pública e privada, ao ser atravessada por uma interpenetração de tempos sociais (imbricação e sobreposição de tarefas domésticas, da vida familiar e profissional) contrasta com a separabilidade dos tempos masculinos. O estar disponível a todo o momento resume a porosidade do tempo feminino que acaba por consubstanciar-se numa evidência interiorizada (não sendo por elas exteriorizada), reflectindo-se na ausência frequente de projectos profissionais conscientes e estruturados, sobretudo nos níveis com menores qualificações escolares e profissionais. Tais potencialidades em termos de gestão do tempo “(...) são, no entanto, torpeadas no seu desenvolvimento, dado que as empresas tendem a oferecer um entendimento completamente diferente desta dita flexibilidade. Para estas, flexibilidade significa alongamento da jornada de trabalho, às vezes com trabalho suplementar não remunerado, disponibilidade por parte dos trabalhadores para responderem às exigências da produção, e fundamentalmente, precarização do emprego”<sup>40</sup>.

Neste contexto, o debate sobre tal problemática deveria centrar-se, progressivamente, sobre a questão da temporalidade e igualdade, uma vez que a representação contingente do trabalho das mulheres contribuiu para justificar a sua disponibilidade para a flexibilidade, silenciando as consequências sobre as suas condições de trabalho e de vida. As diferentes temporalidades femininas e masculinas, para além de condicionadas social, cultural e geograficamente, não podem ser dissociadas do tempo investido no trabalho formal e remunerado e da outra parcela de tempo afecta a actividades não remuneradas, e até mesmo remuneradas, mas não visíveis no mercado de trabalho.

Na realidade, o sistema económico monetarizado, quer no domínio público, quer no privado, interage com o sistema económico não monetarizado, estabelecendo com este uma relação dinâmica e aberta, funcionando com base numa complementaridade e substituição ou até sobreposição. A totalidade do tempo diário organiza-se com base em estratégias de complementaridade ou

<sup>37</sup> Lúcia Amâncio, *op.cit.*, p.21.

<sup>38</sup> *Inquérito Nacional sobre a Partilha das Responsabilidades Familiares*, CGTP, Lisboa, 1991, texto policopiado.

<sup>39</sup> Manuel, V. Cabral, *op.cit.*

<sup>40</sup> Virgínia Ferreira, *op.cit.*, p.213.

conciliação entre o trabalho remunerado e não remunerado. Todavia, a escassez de tempo origina a necessária substituição recíproca entre o número de horas afecto ao trabalho remunerado e não remunerado. De salientar que as transformações ocorridas no mercado de trabalho remunerado e não-remunerado se condicionam mutuamente.

A sintonização das diferentes temporalidades nem sempre se afigura real, já que o desemprego temporário surge como algo inevitável aquando do nascimento dos filhos, sobretudo "a partir do terceiro filho, altura em que o rendimento que as mulheres auferem não é suficiente face às despesas acrescidas com o número de filhos, processando-se, desta forma, um efeito de substituição do emprego por uma situação de domesticidade"<sup>41</sup>. Daí que a maior ou menor participação feminina no mercado de trabalho dependa a este nível de infraestruturas de apoio e prestação de cuidados aos filhos. Ainda que o impacto do processo de recomposição da sociedade portuguesa sobre as estruturas familiares tenha como consequência uma retracção deste cenário, convém ter presente que em determinadas situações ele ainda subsiste<sup>42</sup>.

O emprego feminino português revela-se uma componente crucial do crescimento e desenvolvimento económico, uma vez que é inserido numa lógica de competitividade, em parte por que a mão-de-obra feminina é mais barata. A tendência para o aumento do emprego feminino não encontra, então, as suas causas na busca de uma relação mais igualitária entre homens e mulheres, já que persistem situações de diferenças salariais para as mesmas habilitações literárias e qualificações.

De modo a corroborar tais constatações, urge aqui referir na esteira teórica de Pierre Bourdieu que ainda que se observe um forte crescimento da representação feminina nas profissões científicas e intelectuais, as mulheres acabam por ser praticamente excluídas dos níveis hierárquicos superiores, de autoridade e responsabilidade, nomeadamente na economia e na política.

Segundo Bourdieu, a dominação masculina tem como um dos seus efeitos a produção de "coeficiente simbólico negativo"<sup>43</sup> que se projecta sobre as mulheres e as marca como um estigma, de tal modo que, apesar de declarada a igualdade entre os géneros, subsistem factores que, na prática e pela prática, tendem a fazer com que cargos ocupados e funções desempenhadas pelas mulheres se situem de algum modo no prolongamento das funções e posições que tradicionalmente lhes estavam reservadas no conserto doméstico.

Não obstante todo o discurso de celebração da igualdade entre homens e mulheres, existe um património acumulado de indícios que alimenta a suspeita de que a anunciada mudança da condição feminina não atingiu ainda um nível sobre o qual se possa dizer que traduz um cenário de oportunidades semelhantes para os dois sexos, de tal modo que a assimetria existente entre os géneros, em termos de estatuto efectivo, é uma das questões inscritas na agenda política contemporânea.

Com efeito, Bourdieu advoga que na esfera do trabalho e na da educação, os progressos femininos não podem dissimular os avanços masculinos que fazem com as décalages permaneçam. O exemplo mais flagrante da permanência na e pela mudança, é a feminização de actividades desvalorizadas socialmente, e a ocupação de postos, nos quais têm menos probabilidades de se envolverem no concurso pelos lugares de decisão. Se, por um lado se constata que as mulheres se encontram cada vez mais fortemente representadas na administração pública, todavia, ocupam as suas franjas mais desqualificadas e mais precárias.

<sup>41</sup> Heloísa Perista, *Os Usos do Tempo e o Valor do Trabalho. Uma Questão de Género*, MTS, Lisboa, CITE, 1999, p.137.

<sup>42</sup> Ana Nunes de Almeida, et all, "Relações familiares: mudança e diversidade", in José M.Viegas e António F. Costa (orgs), *Portugal, que Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1998, Cap.2, pp.45-78.

<sup>43</sup> Pierre Bourdieu, *La Domination Masculine*, Paris, Éditions du Seuil, 1998, Cap.III, pp.89-115.

Neste sentido, parece claro que a maior qualificação escolar e a presença das mulheres na população activa não tem como decorrência directa a igualdade de oportunidade entre os dois sexos, sendo de crer que num número considerável de casos, a trajectória profissional da mulher, quando em regime conjugal tende a ser subordinada à do respectivo marido. Pelo que, enquanto que o homem pode investir no seu horizonte de profissionalização ou outros –o que exige maior dedicação, envolvimento, tempo e outros recursos-, a mulher vê-se na contingência de adaptar as suas expectativas e os seus projectos profissionais em benefício da harmonia familiar.

Em suma, num contexto social como o português, onde o (re)conhecimento dos direitos e a mobilização cognitiva e cívica da maior parte dos segmentos sociais e das mulheres patenteiam índices baixos<sup>44</sup> e no qual a clivagem entre mulheres e homens não é consciencializada como relevante nas representações sociais da maioria dos indivíduos, urge desbravar as resistências e potencialidades dos universos masculinos e femininos, ou seja uma acrescida consciencialização da situação, de modo a alterar a situação objectiva da grande maioria das mulheres portuguesas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ana Nunes, “Trabalho feminino e estratégias familiares”, *Análise Social*, nº85, vol.XXI, 1985

AMÂNCIO, Lígia, *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento, 1994

ANDRÉ, Isabel, *O Falso Neutro em Geografia Humana. Género e Relação Patriarcal no Emprego e no Trabalho Doméstico*, Tese de Doutoramento, policopiada, FLUL, Lisboa, 1993

AZEVEDO, José, “Perspectivas psicossociais no estudo da identidade”, in *Sociologia*, I série, volume II, 1992

BARRETO, António (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS, 1996

BOURDIEU, Pierre, *La Domination Masculine*, Paris, Éditions Seuil, 1998

CABRAL; Manuel V., *Cidadania Política e Equidade Social*, Oeiras, Celta Editora, 1997

CAMPS, Enriqueta, *La Formación del mercado de trabajo industrial en la Cataluña del siglo XIX*, Colección Historia Social, Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1995

CASTEL, Robert, *Les Métamorphoses de la Question Sociale. Une Chronique du Salarial*, Paris, Fayard, 1995

CASTELLS, Manuel, *A Sociedade em Rede*, volume I (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura), Brasil, Editora Paz e Terra, 1999

CES, *Colóquio-Plano Nacional de Emprego*, Lisboa, Série “Estudos e Documentos”, 1998

COUSINS, Christine, *Society, Work and Welfare in Europe*, London, Macmillan Press, 1999

DAHRENDORF, R. *A Quadratura do Círculo: Bem-Estar Económico, Coesão Social e Liberdade Política*, Lisboa Edições 70, 1996

---

<sup>44</sup> Manuel V. Cabral, *op.cit.*, p.83.

- DUBY, Georges, PERROT, Michelle, *Histoire des Femmes*, vol.4, Paris, Plon, 1991
- DURKHEIM, Émile, *A Divisão Social do Trabalho*, Lisboa, Presença, 1977
- FERREIRA, Virgínia, “Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53, Coimbra, Nov.1998/Fev.1999
- FREIRE, João, *Variações Sobre o Tema Trabalho*, Porto, Afrontamento, 1997
- GIDDENS, Anthony, *Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1995(2ªed), 1998(3ªed)
- GORZ, André, *Misère du Présent. Richesse du Possible*, Collection Débats, Paris, Galilé, 1997
- GUERRA, Isabel, “Desemprego e Desqualificação Social”, *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 17, Lisboa, CIES, 1995
- HOBBSBAWM, E.J., *A Era das Revoluções*, Lisboa, Presença, 1978
- LAUWE, Chombart de, *La Femme dans la Société*, Paris, CNRS, 1967
- NISBET, Robert, *La Tradition Sociologique*, Paris, PUF, 1984
- PERRET, Bernard, *L’Avenir du Travail. Les Démocraties Face au Chômage*, Paris, Seuil, 1995
- PINTO, José Madureira, “Flexibilidade, segurança e identidades profissionais”, *Cadernos de Ciências Sociais*, n~19-20, Porto, Afrontamento, 1999
- RODRIGUES, Maria João, *Competitividade e Recursos Humanos*, Lisboa, D. Quixote, 1991
- ROUSSEL; L.; “Mariages et divorces. Contribution à une analyse systématique des modèles matrimoniaux”, *Population*, nº6, 1980
- SANTOS, Boaventura, *Portugal. Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, 1993
- SENNET, Richard, *The Corrosion of Character. The Personal Consequences of Work in the New Capitalism*, New York, W.W. Norton and Company, 1998
- SHORTER, E., “Différences de classe et sentiment depuis 1750 –l’exemple de la France”, *Annales*, ano 29, nº4, 1974
- SILVA, Augusto S., *Entre a Razão e o Sentido. Durkheim, Weber e a Teoria das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1988
- TILLY, Louise, SCOTT, Joan, *Women, Work and Family*, New York, Rinehart and Winston, 1979
- VIEGAS, J., COSTA, A. *Portugal, Que Modernidade*, Oeiras, Celta, 1998.
- WATERS, Malcom, *Globalização*, Oeiras, Celta, 1999
- WINTER, J. M. “Work, Family and Fertility in Twentieth- Century Europe”, in GILLIS, J., TILLY, Louise, LEVINE, David, *The European Experiene of Declining Fertility, 1850-1970. The Quiet Revolution*, Cambridge, Blackwell, 1992